



JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Pregão Eletrônico nº 006/2026

Processo Administrativo nº 4429/2025

I – RELATÓRIO

Trata-se de impugnação ao edital apresentada pela empresa **LAGE & LAGE AUDITORES E CONSULTORES ASSOCIADOS – EPP**, cujo objeto é a **contratação de serviços de auditoria externa de bens patrimoniais e de consumo**, na qual se questionam as exigências constantes do item 6.2.1, alíneas “a” e “g”, relativas à:

- a) exigência de registro dos profissionais no **Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro – CRC/RJ**;
- b) exigência de inscrição do profissional advogado na **Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Rio de Janeiro (OAB/RJ)**.

Sustenta a impugnante que tais exigências seriam ilegais e restritivas à competitividade, sob o argumento de que o registro profissional no domicílio de origem seria suficiente para atuação em todo o território nacional.

É o relatório.

II – DA ADMISSIBILIDADE

A impugnação é **tempestiva** e apresentada por parte **legítima**, razão pela qual **deve ser conhecida**, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

III – DO MÉRITO

III.1 – Da exigência de registro no CRC/RJ

Não assiste razão à impugnante.

A exigência de regularidade profissional perante o **Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro** encontra respaldo nos **arts. 4º e 12 da Resolução CFC nº 1.707/2023**, bem como no **art. 12 da Resolução CFC nº 1.708/2023**, que disciplinam o exercício profissional em jurisdição diversa daquela do registro originário.

No caso concreto, o objeto da contratação **não se caracteriza como exercício eventual ou temporário**, mas como **prestação continuada**, com execução habitual no âmbito do Município de Sumidouro/RJ, o que justifica a exigência de regularidade ou comunicação junto ao conselho profissional competente da jurisdição onde o serviço será efetivamente prestado.

Tal exigência não cria limitação territorial indevida, mas **assegura a possibilidade de fiscalização profissional**, em consonância com o interesse público e com a adequada execução do contrato.

III.2 – Da exigência de inscrição na OAB/RJ

No mesmo sentido, a exigência de inscrição do profissional advogado junto à **OAB/RJ** encontra respaldo no **art. 10 da Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia)**.



Considerando que os serviços de auditoria externa previstos no edital demandam **acompanhamento contínuo, análise documental presencial e interação recorrente com a Administração**, resta caracterizada a **habitualidade da atuação profissional no Estado do Rio de Janeiro**, o que justifica a exigência de regularização profissional na seccional correspondente.

Não se trata, portanto, de atuação eventual ou pontual, mas de prestação que exige presença técnica reiterada, compatível com a exigência editalícia.

III.3 – Da inexistência de restrição à competitividade

Não se verifica afronta aos princípios da isonomia, da ampla concorrência ou da seleção da proposta mais vantajosa.

O edital **não restringe a participação de empresas sediadas em outras unidades da Federação**, limitando-se a exigir que, para a execução do contrato, os profissionais indicados estejam **regularmente habilitados perante os órgãos de classe competentes na jurisdição de execução dos serviços**, o que se mostra razoável, proporcional e alinhado ao interesse público.

IV – CONCLUSÃO

Diante do exposto, **CONHEÇO da impugnação**, por tempestiva, e **NO MÉRITO INDEFIRO O PLEITO FORMULADO PELA IMPUGNANTE**, uma vez que as exigências relativas à regularidade profissional perante os órgãos de classe competentes encontram-se em conformidade com a legislação vigente e com a natureza do objeto contratado.

Registre-se, contudo, que, **por cautela administrativa e com o objetivo de conferir maior clareza e transparência ao instrumento convocatório**, a Secretaria demandante entendeu por **promover ajuste redacional no edital e anexos, sem supressão da exigência**, mantendo-se a necessidade de regularidade profissional, apenas com **melhor detalhamento para fins de interpretação pelos interessados**.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital.

É a decisão.

Sumidouro, 30 de janeiro de 2026.

Jeronimo Assis Cardoso Junior
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social

RATIFICAÇÃO PELO PREGOEIRO

Com fundamento na análise técnica e jurídica acima exposta, **RATIFICO** o presente julgamento da impugnação e a retificação redacional do edital, mantendo-se a exigência nele prevista e determinando o regular prosseguimento do certame.

Thiago Bandeira de Gouvêa Marques
Pregoeiro